



## Prefeitos pedem ao Senado novo pacto federativo

Renan Calheiros vai receber na quinta-feira gestores municipais, que apresentam reivindicações de mudanças alegando dificuldades para resguardar os cofres públicos

Uma semana após reunião com governadores para começar a reformular o pacto federativo, o presidente do Senado discutirá o tema com prefeitos que participam da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, iniciada ontem. Alegando demandas maiores que recursos, os gestores municipais reivindicam isenção de contribuições sociais para

as prefeituras, imunidade tributária na aquisição de bens e serviços e representatividade no Conselho Nacional de Política Fazendária, entre outros pontos.

Os senadores Walter Pinheiro e Fernando Bezerra, indicados para a presidência e a relatoria da recém-criada Comissão Especial de Assuntos Federativos, pretendem encontrar um consenso para a pauta. **3**



Oficina na Assembleia de Alagoas: capacitação é um dos pilares do programa

### Legislativo mais eficiente é missão do Interlegis há 18 anos

Criado para modernizar e integrar as Casas legislativas do país, o Programa Interlegis, do Senado, já alcançou 4,8

mil câmaras municipais e assembleias estaduais. Objetivo é ter um Legislativo mais aberto e eficiente para o cidadão. **4 e 5**



### Para TCU, Brasil não avalia políticas de ciência e tecnologia

Em debate no Senado, a auditora do Tribunal de Contas da União Angela Brusamarello afirmou que o governo não consegue medir o impacto das próprias ações nas áreas de ciência e tecnologia. Um

dos problemas, de acordo com ela, está no Programa Ciência sem Fronteiras, que beneficia apenas os universitários participantes e não impulsiona o desenvolvimento científico do país. **7**

Angela Brusamarello, do Tribunal de Contas da União, fala na audiência pública, ao lado do senador Cristovam Buarque: ações públicas de ciência, tecnologia e inovação em debate

**Congresso ouve Tombini hoje e Barbosa amanhã **3****

**Sigilo de dados do BNDES é mantido por veto **2****

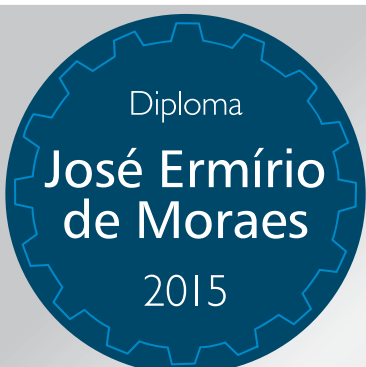
**Audiência trata do fim do uso de animal em pesquisa **6****

**Assembleia gaúcha adere a Mais Mulheres na Política **2****

### Racismo mata jovens, dizem debatedores

Especialistas ouvidas ontem na CPI do Assassinato de Jovens apontaram o racismo, a militarização da polícia e a falta de políticas sociais como os principais responsáveis pelo aumento das mortes de jovens por homicídio no país. Dados apresentados na audiência indicam que jovens negros do Nordeste são os mais vulneráveis. **8**

Lindbergh diz que CPI pode visitar estados do Nordeste onde é maior a violência contra os jovens



### Um reconhecimento do Senado Federal aos empresários que contribuíram para a economia nacional e o progresso do país

Data: 26 de maio de 2015  
Horário: 11h  
Local: Plenário do Senado Federal

Agraciados  
Albano Franco  
Armando Monteiro Filho  
Carlos Alberto Sicupira

João Tenório  
Nevaldo Rocha  
Antônio Ermírio de Moraes  
(homenagem *in memoriam*)



Presidente alega que a liberação irrestrita de dados “feriria sigilos empresariais e bancários e prejudicaria a competitividade das empresas brasileiras no mercado global”, ao expor detalhes da política de preços

# Dilma veta o fim do sigilo nas operações do BNDES

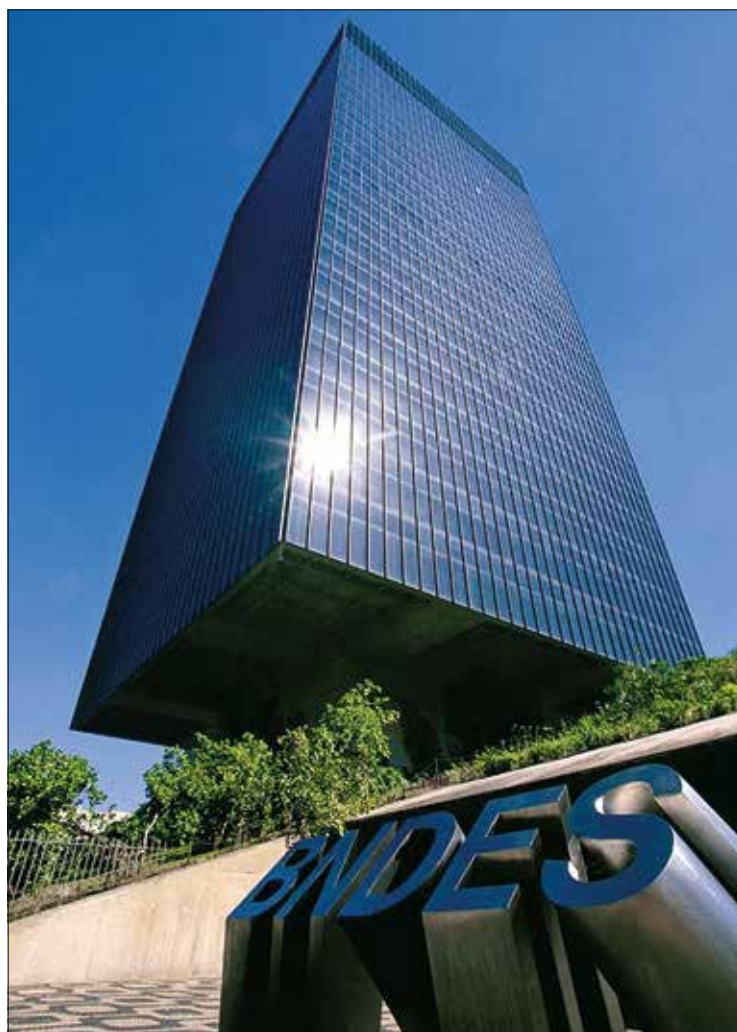
FOI LIDA ONTEM em Plenário mensagem de veto a dispositivos da Lei 13.126/2015, resultante da Medida Provisória 661/2014, que autorizou a União a conceder crédito de R\$ 30 bilhões ao BNDES. Um dos pontos vetados é o fim do sigilo das operações financeiras do BNDES e das subsidiárias.

Ao vetar o dispositivo, incluído na Câmara e confirmado no Senado, a presidente Dilma Rousseff alega que o BNDES já divulga diversas informações sobre operações, mas a liberação irrestrita “feriria sigilos bancários e empresariais e prejudicaria a competitividade das empresas brasileiras no mercado global”, por expor detalhes das políticas de preços.

Além disso, Dilma aponta vício de inconstitucionalidade formal, porque alterações no sigilo de operações de instituições financeiras deveriam ser feitas por lei complementar.

A presidente também vetou a elevação da margem dos empréstimos consignados de 30% para 40% da renda do trabalhador, justificando que “qualquer alteração no limite máximo deve ser acompanhada de salvaguardas que protejam os aposentados, trabalhadores e servidores públicos beneficiários dos empréstimos”. Outros dispositivos vetados foram o que liberava o refinanciamento de contratos com empresários e empresas do segmento de transporte rodoviário com renda acima de R\$ 2,4 milhões e a reserva de 2,5% dos recursos de financiamento a taxas subsidiadas para o custeio de atividades em extensão rural.

Também foi lida mensagem com os vetos parciais à Lei da Biodiversidade. Os vetos, para serem derrubados, precisam ser rejeitados por maioria absoluta dos senadores (41) e deputados (257).



BNDES, com sede no Rio de Janeiro, obteve da União crédito de R\$ 30 bilhões

## Alvaro lamenta omissão de dados sobre empréstimos para o exterior

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou postura do governo federal de manter longe do conhecimento da população as condições de empréstimos feitos pelo BNDES para construção de obras de infraestrutura no exterior.

O senador disse ter solicitado mais informações ao ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, sobre operações de financiamento de obras em Angola, Argentina, Cuba, Gana e Venezuela. Alvaro frisou que as respostas não contemplaram o que foi perguntado. Para ele, o governo esconde dados por receio de que se descubram irregula-

ridades maiores.

— O governo federal, além de deixar de observar comando constitucional para conceder os empréstimos a países estrangeiros, esconde dos brasileiros as condições em que empresta dinheiro público a países com governos identificados e alinhados com o Partido dos Trabalhadores. Portanto, mais do que nunca é necessário instalar essa CPI do BNDES.

Alvaro manifestou apoio a projeto de Ana Amélia (PP-RS) que prevê que empréstimos dessa natureza concedidos a outros países devem ser autorizados pelo Senado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Comissão analisa propostas de interesse do Judiciário

Depois de haver autorizado, na semana passada, reajuste médio de quase 60% para servidores do Poder Judiciário, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode aprovar amanhã mais duas propostas ligadas à Justiça.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 25/2015 cria 332 cargos efetivos e 3.207 funções comissionadas para 166 zonas eleitorais no país. O PLC 32/2015 estabelece a abertura de 303 cargos efetivos e comissionados no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região,

com sede em Goiânia.

A primeira proposta é de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que justifica a medida pela necessidade de compor quadro de pessoal próprio da Justiça Eleitoral nos cartórios. O argumento convenceu o relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), cujo parecer foi pela aprovação do PLC 25/2015.

Já o PLC 32/2015 foi encaminhado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) com o objetivo de estruturar melhor a área de tecnologia

da informação e comunicação do TRT da 18ª Região. O relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), também votou pela aprovação.

Antes de iniciar o processo de votação de projetos, a CCJ deverá promover sabatina com o promotor de justiça militar Antônio Pereira Duarte, indicado pelo Ministério Público Militar (MPM) para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A indicação tem relatoria do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

## Mais Mulheres na Política chega ao Rio Grande do Sul

A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), lançou ontem, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a campanha Mais Mulheres na Política, que busca garantir a participação feminina em 30% das vagas no Legislativo. A senadora defendeu o avanço no combate à exclusão de gênero e destacou a razão pela qual a campanha deve ser feita em todo o país.

— É para que cada estado e cada cidade tomem consciência da importância do que será votado em Brasília, que é

a reforma política — explicou.

Ela pediu o fim do financiamento empresarial de campanhas, para reduzir corrupção, e atacou o distritão:

— Se o distritão for aprovado, o sistema, que já é ruim, será ainda pior, pois a política será personalizada, em vez de ser programática.

A audiência teve a presença da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) e a pauta foi proposta pelas deputadas estaduais Stela Farias (PT) e Manuela d'Ávila (PCdoB). A deputada Silvana Covatti (PP) abriu o encontro, em nome da Presidência da assembleia.



Vanessa Grazziotin lança a campanha na assembleia legislativa gaúcha

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CCT Uso de animais em pesquisa**  
9h Audiência interativa debate a vedação ao uso de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais.
- CDH Crianças desaparecidas**  
9h O desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil é tema de audiência pública interativa.
- CMA Relações de consumo**  
9h O PLS 243/2014, que dá maior segurança às relações de consumo não presenciais, é um dos textos na pauta.
- CAE Indicações ao Cade**  
10h Leitura de mensagens com indicações para o Cade e pauta com 12 itens — entre eles, o PRS 15/2015, sobre antecipação de receitas da exploração de petróleo e gás.
- CE Mangabeira Unger**  
10h Audiência interativa debate “Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional” com o ministro de Assuntos Estratégicos.
- PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso**  
11h Renan Calheiros recebe juizes do TRT de Goiás. Em seguida, entrega do Diploma José Ermírio de Moraes. Às 12h, recebe delegação da OAB. Às 16h, ordem do dia. Às 17h, posse de Reynaldo Soares da Fonseca no STJ. Às 19h, sessão do Congresso.
- CONDECORAÇÃO Diploma José Ermírio**  
11h Cerimônia de entrega do Diploma José Ermírio de Moraes a seis agraciados no Plenário do Senado.
- CMO/CAE/CMA Debate com Tombini**  
13h30 Audiência pública conjunta ouve o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre o cumprimento das metas das políticas monetária, creditícia e cambial.
- MP 671/2015 Torcidas organizadas**  
14h A comissão que avalia a MP 671/2015, que institui o programa de modernização e responsabilidade fiscal do futebol, faz audiência com representantes de torcidas.
- PLENÁRIO Medidas provisórias**  
14h Trancam a pauta as MPs 664 (que altera regra da pensão por morte), 665 (que muda o seguro-desemprego) e 668 (que aumenta taxas sobre importação).
- CPI DO HSBC Requerimentos**  
14h30 Integrantes da comissão parlamentar de inquérito se reúnem para analisar 21 requerimentos.
- CONGRESSO Vetos presidenciais**  
19h Sessão para apreciação de vetos presidenciais — entre eles, os vetos à lei orçamentária, ao novo Código de Processo Civil e às regras para fusão de partidos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Pacto federativo será pauta de reunião com prefeitos

Reivindicações devem ser apresentadas na quinta-feira, último dia da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal deve ser um dos assuntos



O DEBATE SOBRE a revisão do pacto federativo, tema de encontro com governadores realizado no Congresso, volta à pauta nesta semana. O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve reunir-se com prefeitos das principais cidades brasileiras na quinta-feira, último dia da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que começou ontem. Os prefeitos apresentarão suas principais reivindicações ao Poder Legislativo, assim como fizeram os governadores em reunião com Renan e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Representados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), os prefeitos alegam que, sem a reformulação do pacto, será impossível administrar os municípios dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Devido à crise, afirmam, as demandas são maiores que os recursos.

Na reunião com os governadores, um dos principais resultados foi a criação da Comissão Especial de As-

suntos Federativos, que vai identificar todas as propostas em tramitação no Senado que têm relação com o pacto federativo e buscar um consenso para acelerar a votação. A informação foi confirmada pelo presidente do colegiado, Walter Pinheiro (PT-BA), e pelo relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

— Eu estou animado de que a gente possa entregar, de forma efetiva, deliberações do Congresso que vão animar a sociedade a encontrar os caminhos para a saída da crise — disse Bezerra em entrevista à Rádio Senado ontem.

## Crescimento

Após definir o desenvolvimento regional como motor da economia, Pinheiro disse que “não haverá crescimento sem que estados e municípios sejam fortalecidos”. Para o relator, o verdadeiro ajuste passa pelo fortalecimento desses entes federativos.

— Nessa hora não tem partido. Aqui, os estados e municípios são prioridades. O encontro com os governadores tem que ser traduzido em ações práticas no Plenário do

Senado — defendeu.

De acordo com Pinheiro, há vários projetos que serão reunidos para votação, a fim de que o Senado possa “dar sua contribuição à solução da crise e à sustentação do país”. Essa contribuição, disse ele, começa nos municípios, passa pelos estados e chega à União.

Questionado sobre a possibilidade de alteração na LRF para aliviar estados e municípios, Bezerra disse que não vê como solução. Para ele, é importante que as contas públicas dos demais entes não sejam afetadas por decisões da União. Como exemplo, citou a criação de programas que criam despesas para os demais entes sem a definição de onde virão os recursos.

Sobre a proposta de criação dos fundos de desenvolvimento e de compensação, Pinheiro disse que aguarda sinalização do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Os fundos são considerados pelo presidente do colegiado como fundamentais para o consenso em relação à proposta de unificar as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

## Reivindicações

▶ **Lei dos Consórcios Públicos** (Lei 11.107/2005): retirar a restrição do Cadastro Único de Convênios (Cauc) e regulamentar a contratação dos servidores.

▶ **Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**: impedir oscilações no repasse de acordo com as quedas de arrecadação.

▶ **Conselho Nacional de Política Fazendária**: incluir uma representação dos municípios.

▶ Obrigar que prefeitos, a cada início de mandato, atualizem a planta genérica de valores para a cobrança do IPTU.

▶ Extinguir a incidência de Pasp nas receitas e transferências aos municípios.

▶ Não cobrar contribuições sociais e Cide dos municípios.

▶ **Imunidade tributária** na aquisição de bens e serviços pelo poder público municipal.

▶ Atualizar pelo INPC os repasses para execução de programas federais.

▶ Obrigar o governo federal a promover o encontro de contas das dívidas previdenciárias.

▶ Proibir que o Congresso Nacional aprove a geração de despesas no âmbito municipal sem indicar a fonte de receita.

▶ Impedir a criação de pisos nacionais de categorias profissionais que interfiram na autonomia municipal.

▶ Incluir a **Confederação Nacional de Municípios** como uma das entidades que poderiam propor ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

▶ Proibir que os municípios tenham de incluir em seus quadros permanentes os servidores que executem as atividades exclusivas dos programas federais e estaduais.

▶ Desobrigar os municípios com população inferior a 20 mil habitantes a ter a mesma estrutura organizacional do governo federal e de municípios maiores.

▶ Fazer a União repassar valores que extrapolem os 60% do Fundeb para o pagamento do pessoal ativo do magistério em consequência do piso nacional.

▶ Reduzir em 75% o Valor Adicionado Fiscal na composição do índice de retorno do ICMS para 50%, com o objetivo de descentralizar os recursos.

▶ Fazer a União complementar os valores que os municípios gastam além do que determina a Constituição.

## Medeiros pede descentralização de recursos

José Medeiros (PPS-MT) disse que é preciso mudar o atual pacto federativo, que concentra mais recursos na União e deixa estados e municípios sem dinheiro para oferecer serviços básicos, como saúde, educação e segurança pública.

Ele lembrou que a Marcha dos Prefeitos reunirá, em Brasília, gestores municipais pedindo a mudança.

— Os municípios menores praticam o que se chama ambulancioterapia. Transferem os pacientes para as capitais, o que gera acúmulo. Hoje, disputa-se uma maca nos corredores dos hospitais.

## Humberto Costa defende corte no Orçamento

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), afirmou que o momento pede “cautela”. O corte de R\$ 69,9 bilhões no Orçamento de 2015, disse, foi a opção que qualquer cidadão faz quando tem menos dinheiro no bolso: revê gastos, corta despesas e poupa mais para não passar dificuldades com dívidas. A crise duradoura, segundo ele, obrigou o governo a rever a política que proporcionou aumento de renda, geração de emprego e redução da desigualdade social com medidas como investimentos em educação e desonerações de setores da economia.

## Ângela propõe fundo para custear eleições

Projeto de Ângela Portela (PT-RR) cria fundo para acabar com abuso do poder econômico nas eleições. Ele contaria com recursos orçamentários e, “eventualmente”, doações de pessoas físicas e jurídicas. Em seu discurso ontem, ela disse que os partidos contaram com R\$1,148 bilhão de recursos públicos nas últimas eleições: R\$308 milhões do Fundo Partidário e R\$840 milhões em isenções fiscais relativas ao horário dito gratuito em emissoras de rádio e TV. Enquanto estima-se que as doações privadas atingiram R\$ 5 bilhões.



Pinheiro e Bezerra pretendem reunir e buscar consenso nos projetos em tramitação no Senado que se refiram ao pacto



## Tombini e Barbosa falam sobre metas e LDO

O Congresso ouve hoje o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Amanhã será a vez de o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, participar de uma audiência pública com os parlamentares.

Tombini vai apresentar a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetária, creditícia e cambial do segundo semestre de 2014. A audiência será conjunta da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e de comissões temáticas do Senado.

Já Nelson Barbosa vai falar sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), afirmou que a audiência com o ministro será crucial para esclarecer detalhes do decreto de contingenciamento que está sendo preparado pela equipe econômica do governo. A expectativa é que ele seja publicado ainda nesta semana.

— É uma questão muito mais profunda porque nós vamos estar pós-ajuste, pós-cortes, contingenciamento, qualquer nome que tenha. Nós vamos estar “pós-isso” e vamos conhecer com profundidade quais são as medidas que o governo adotou em relação ao Orçamento — disse Rose.

Além dos cortes que devem ser anunciados para 2015, Benedito de Lira (PP-AL) ressaltou que a comissão deve se debruçar sobre o Orçamento de 2016.

— Acho que é muito importante a presença dos dois para fazer um diálogo com a comissão que vai ter a responsabilidade de conduzir o Orçamento para 2016. É evidente que vem um Orçamento mais realista do que outros que já vieram superestimados. Isso foi o que criou essa situação de sufoco da economia. É você pensar que tem dez e que, na verdade, você só tem cinco — afirmou o senador.

Vão participar da audiência conjunta as Comissões de



Presidente do BC, Tombini apresentará resultados de metas econômicas

Assuntos Econômicos (CMA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado e as Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

# Interlegis chega aos 18 anos promovendo modernização e transparência do Legislativo

Programa iniciado em 1997 alcança 4,8 mil Casas legislativas do país, entre câmaras municipais e assembleias estaduais. Objetivo é garantir, por meio de serviços gratuitos, a capacitação de servidores e parlamentares para trabalhar com mais eficiência e em maior sintonia com a sociedade

Valéria Castanho

PERTO DE CHEGAR à maioria, o Interlegis está experimentando uma nova fase em busca da autonomia financeira. Nesses quase 18 anos de trabalho voltado ao desenvolvimento institucional do Poder Legislativo no país, o programa promovido pelo Senado sempre contou com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O desafio agora é continuar apoiando a modernização, a integração e a transparência das Casas legislativas de todo o Brasil com recursos próprios.

Uma das forças do programa para manter a continuidade é o poder de integração da comunidade legislativa. O Interlegis montou ao longo desses 18 anos uma grande rede de comunidades virtuais, formadas por servidores e parlamentares de assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais.

Tudo isso por meio das mais modernas tecnologias de informação e comunicação, videoconferências, redes sociais, oficinas, eventos, publicações e cursos presenciais e a distância para capacitação de funcionários e parlamentares.

Segundo Helder Rebouças, diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão gestor do Interlegis, o programa vem se consolidando como uma verdadeira política pública do Senado. O objetivo é aproximar a sociedade organizada dos debates legislativos na União, nos estados e nos municípios.

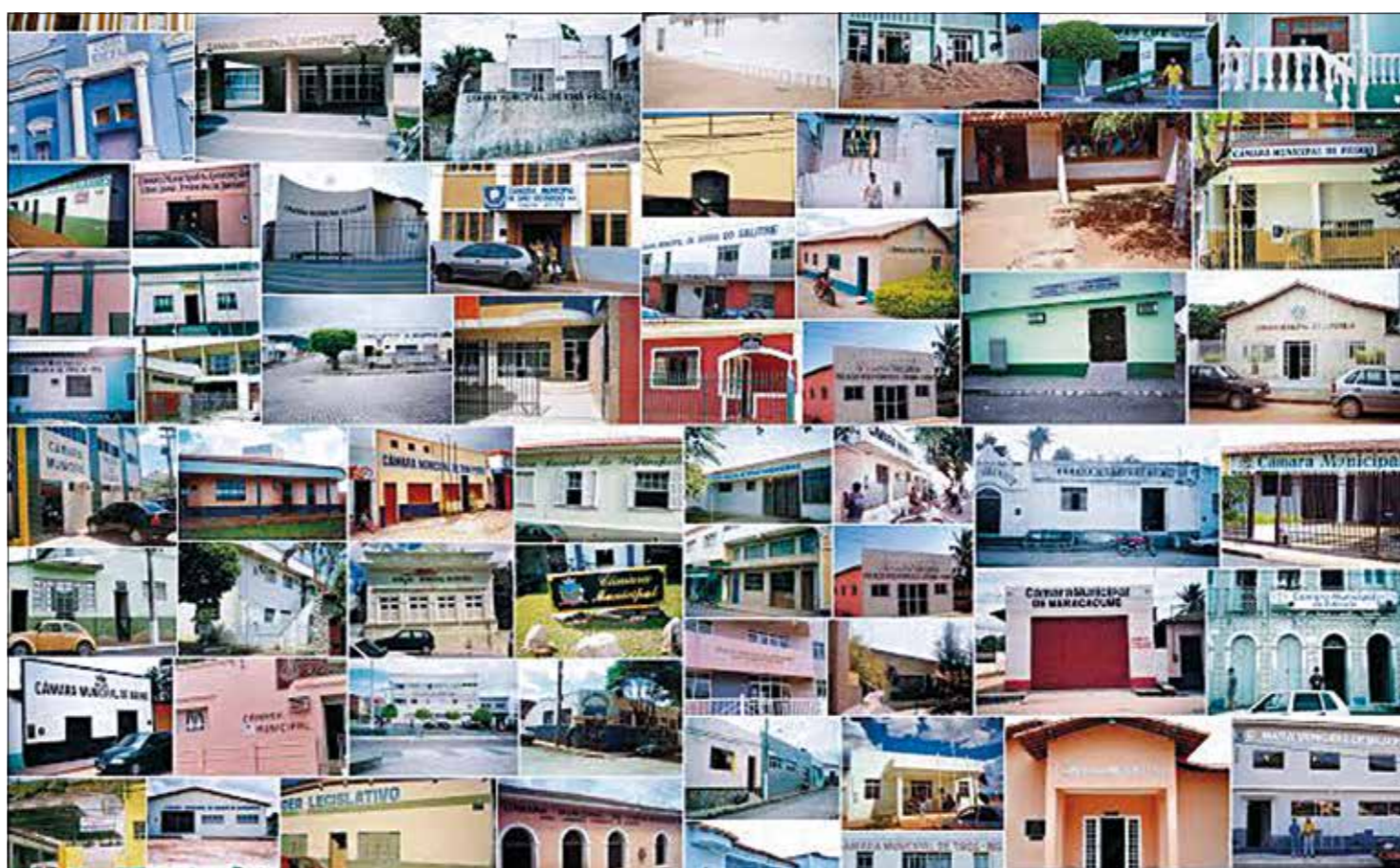
— Quando uma Casa legislativa se integra ao Programa Interlegis, a atividade parlamentar se torna mais visível e transparente, estimulando a participação das pessoas nos principais debates das câmaras municipais e assembleias legislativas. Isso, sem dúvidas, melhora o exercício da representação política — avalia Rebouças.

O Interlegis surgiu dentro do Prodasen, a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado, num projeto-piloto do doutor em informática Armando Nascimento. Com base em experiências semelhantes internacionais, ele elaborou uma proposta inicial, que depois foi aperfeiçoada por uma equipe multidisciplinar do Senado e de algumas Casas legislativas.

O resultado foi um projeto para atender as necessidades específicas do Brasil e fundamentado em quatro pilares: comunicação, informação, tecnologia e capacitação.

— Com tudo isso, o Interlegis já nasceu com o título de maior programa de modernização e integração do Legislativo em todo o mundo e também a primeira experiência de inclusão digital no âmbito parlamentar da América Latina — destaca Nascimento.

Ao longo dessas quase duas décadas, a experiência de sucesso do Interlegis



Painel feito com fotos de algumas das mais de 5,5 mil Casas legislativas visitadas pelo Interlegis em censo realizado em 2005: trabalho do tamanho do Brasil

também rompeu as fronteiras brasileiras e se expandiu para outros países, na participação em eventos, transferência de tecnologia, missões de cooperação e cursos de capacitação para técnicos, entre outras ações.

O Parlamento da República de Guiné-Bissau, por exemplo, desde 2008 utiliza a tecnologia desenvolvida pelo programa e tem, inclusive, o portal hospedado na sede do Interlegis, em Brasília.

O programa também tem feito o intercâmbio de missões de cooperação com países como México, África do Sul, Haiti, Uruguai, Argentina, Timor-Leste, Egito, Etiópia e integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre outros.

Além disso, já promoveu cursos de capacitação para técnicos do Mercosul e participou de vários eventos internacionais. Entre eles, a Exposição Mundial

de Hanover (Expo 2000); o lançamento da rede Global Centre for Information and Communication Technologies in Parliament (ICT), criado em Genebra, em 2007, pela ONU e a União Interparlamentar (IPU); o 14º Fórum de Software Livre da América Latina (2013); o Seminário de Boas Práticas Legislativas do Brasil e Reino Unido (2014) e o 9º Encontro dos Quadros de Informática dos Parlamentos de Língua Portuguesa (2014).

## Tecnologia da informação encurta distâncias e diminui diferenças entre câmaras e assembleias do país

A Rede Nacional Interlegis (RNI), que conecta a Comunidade Virtual do Legislativo por meio da tecnologia da informação, oferece uma série de serviços gratuitos para as Casas legislativas. A ideia é aperfeiçoar as atividades ligadas ao processo legislativo com economia de recursos públicos em capacitação de servidores e desenvolvimento de soluções.

Esses produtos também são fundamentais para que os órgãos públicos cumpram exigências legais como a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para o senador Vicentinho Alves (PR-TO), primeiro-secretário do Senado e diretor-executivo do ILB, órgão gestor do Interlegis, a modernização das Casas legislativas e a capacitação de parlamentares e servidores é um dos trabalhos institucionais mais importantes do Parlamento brasileiro.

— Ao serem oferecidos de graça, por meio de softwares abertos e livres, esses produtos podem ser copiados e adaptados às necessidades de cada Casa e sem qualquer custo. Podem até mesmo ser hospedados no próprio banco de dados do Interlegis — destacou o senador na abertura de oficina do programa em Porto Nacional (TO), em março deste ano.

Até maio deste ano, cerca de 4,8 mil Casas legislativas, entre câmaras municipais e assembleias estaduais, haviam aderido de alguma forma ao Interlegis. Dessas, 1.220 usam os produtos e serviços oferecidos. Para aderir ao programa, a unidade legislativa interessada deve acessar a página na internet (veja o saiba mais), imprimir o formulário de adesão e seguir as instruções de envio.

### CONHEÇA OS PRINCIPAIS PRODUTOS

- Portal Modelo**

É uma grande ferramenta de transparência e inclusão digital, pois possibilita à Casa legislativa criar e publicar o próprio site na internet, de maneira simples, rápida e gratuita, sem a necessidade de contratar serviços especializados ou ter grandes conhecimentos na área da informática. Uma das grandes vantagens do portal é que, além de oferecer informações padronizadas para o usuário, permite a personalização da página e a hospedagem no próprio banco de dados do Interlegis.
- Domínio.leg**

O leg.br tem como objetivo padronizar o domínio do Poder Legislativo, reforçando ainda sua identidade e a autonomia.
- SAPL**

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) informatiza a atividade da câmara ou assembleia, simplificando, agilizando e racionalizando o trabalho do parlamentar. Entre as principais possibilidades do SAPL, estão a elaboração de proposições com uso de editor próprio, o protocolo e a tramitação de matérias legislativas, a facilidade e a rapidez na elaboração de pautas de sessões, a consulta e a pesquisa de informações diversas, o envio eletrônico, a integração ao LexML e a publicação de informações via internet.
- Saap**

O Sistema de Apoio à Atividade Parlamentar (Saap) funciona como uma espécie de gabinete virtual, oferecendo ao vereador ou deputado estadual um conjunto de ferramentas que facilitam o dia a dia. O serviço permite da interatividade do parlamentar com pessoas, grupos e entidades à organização da agenda de compromissos e atividades como a emissão de mala-direta, cadastro de demandas e acompanhamento de projetos, entre outras ações típicas de um escritório político.
- SPDO**

Automatizar o processo de registro dos documentos, os anexos e a respectiva tramitação é a função do Sistema de Protocolo de Documentos (SPDO). A ferramenta agiliza e facilita o trabalho de protocolo porque, além de fazer o controle da numeração, emite as etiquetas com os códigos de barras a serem afixadas nos processos.
- Sigi**

O Sistema de Informações Gerenciais do Interlegis (Sigi) é uma ferramenta de acompanhamento das ações do programa com as câmaras e assembleias. Ele registra todo o histórico do atendimento da Casa legislativa, com informações de controle e cada tipo de interação ocorrida.
- Colab**

O Colab é uma grande rede de relacionamento, colaboração, comunicação e compartilhamento de ideias, experiências, manuais e documentos em geral entre os diversos grupos da comunidade legislativa do Interlegis. Também conhecidos como comunidades de prática, esses grupos debatem temas e buscam soluções nas áreas de tecnologia (Gitec), comunicação (Gicom), assessoria legislativa (Gial), administração legislativa (Giad) e assuntos da comunidade legislativa (Comunidade Interlegis).
- Busca Leg**

O Busca Leg é um serviço de busca em portais cadastrados do Legislativo brasileiro para facilitar a pesquisa de temas relacionados ao Poder. Funciona como um grande agregador, fazendo a pesquisa em diversos sites e bancos de dados para apresentar respostas filtradas com vários critérios.
- Seminários e encontros**

O Interlegis tem promovido inúmeros eventos pelo país, entre eles os seminários nacionais e regionais e os encontros estaduais e fóruns, com o objetivo de integrar parlamentares, servidores e técnicos em torno de temas e discussões relativos ao Poder Legislativo. Um exemplo é o 7º Encontro Nacional do Gitec, que acontece nesta semana, de amanhã a sexta-feira, na sede do Interlegis, em Brasília. O EnGitec reúne anualmente representantes da área de tecnologia da informação do Poder Legislativo de todo o Brasil para discutir temas de interesse da área. O tema do 7º EnGitec será "Interlegis, e-democracia e nuvem do Legislativo". Durante o evento, haverá palestras e minicursos. Será também um momento de avaliação do programa nesses 18 anos de existência.
- Cursos e oficinas**

Os cursos e as oficinas presenciais e a distância de capacitação e treinamento oferecidos gratuitamente a todos os membros do Poder Legislativo e também à sociedade, pela plataforma Saberes, são uma das principais vitrines do Interlegis. Realizadas geralmente nos estados para evitar deslocamento de funcionários a Brasília, as oficinas são planejadas para reunir, numa única câmara ou assembleia legislativa, servidores de várias casas.
- Biblioteca virtual**

Importante instrumento de pesquisa do Poder Legislativo, a Biblioteca Virtual é composta por uma biblioteca básica com leis, estatutos, códigos e uma série de modelos de proposições legislativas. Pela biblioteca, o internauta tem também acesso gratuito aos cadernos normativos e às publicações Interlegis, com informações sobre as atividades legislativas e o funcionamento do Poder Legislativo, entre outros assuntos de interesse da área.

## Opiniões de quem conhece o projeto por dentro

“O Portal Modelo e o SAPL vêm sendo aperfeiçoados ao longo do tempo e permitiram grande avanço ao gerenciamento das informações legislativas, além do cumprimento de leis que exigem transparência e acesso a informações.”

**André Brum,**  
oficial legislativo da Câmara Municipal de Agudo (RS)

“O Portal é muito fácil de ser trabalhado e contempla todas as informações necessárias para as boas práticas de transparência.”

**Fabrizio Giacomini,**  
assessor jurídico da Câmara de Constantina (RS)

“As ferramentas do Interlegis são imprescindíveis para que todas as Casas legislativas possam divulgar suas ações e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade de todas elas, bem como abrir um canal de interação com a população.”

**Nadir Rodrigues Guedes,**  
presidente da Câmara Municipal de Patos (PB)

“Nossa assembleia é hoje a maior parceira do Interlegis e o nosso papel é multiplicar os conceitos do programa, porque conhecimento que não se propaga é conhecimento que se apaga.”

**Antonilson da Silva Moura,**  
chefe da Divisão de Suporte e Operação do Departamento de Informática da Assembleia Legislativa de Rondônia

## Busca por sustentabilidade econômica marca a terceira fase do programa

O Interlegis iniciou em 2015 a terceira etapa de atuação, buscando sustentabilidade social e econômica, sem empréstimo internacional. As duas anteriores tiveram financiamento do BID com igual contrapartida do governo brasileiro.

### Interlegis 1 (1997-2006)

Foi a fase de estruturação do programa, que incluiu a construção da sede em Brasília e a instalação de equipamentos de informática e de videoconferência em 31 pontos do país, formando a Rede Nacional Interlegis (RNI). Mais de 4 mil Casas legislativas aderiram ao Interlegis e cerca de 3,3 mil receberam a doação e a instalação de computadores e impressoras. A ação foi fundamental para a inclusão digital de câmaras municipais no país. Outra iniciativa, a educação a distância, permitiu a capacitação de funcionários em áreas de interesse do Legislativo e ampliou a integração com as Casas legislativas brasileiras.

### Interlegis 2 (2007-2014)

Como consequência de uma grande reforma administrativa iniciada pelo Senado em 2007, visando à economia de recursos, o Interlegis passou a ser executado em 2013 pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Esta etapa se destinou a consolidar as conquistas anteriores. Exemplo disso foi o Projeto-Piloto de Modernização (PPM), iniciado em 2006 ainda durante o Interlegis I, com 100 câmaras municipais de diversas regiões. O objetivo principal foi integrar os produtos de tecnologia, desenvolver processos e testar uma metodologia de trabalho para modernizar as Casas legislativas.

O contrato com o BID previa que, ao final do Interlegis II, 350 câmaras e assembleias adotassem o modelo. O número chegou a 485. Também estabelecida que 1.313 unidades estivessem conectadas à rede Interlegis. Foram 1.318. Estipulava ainda que 4 comunidades virtuais de prática legislativa estivessem ativas. O total bateu em 17, com 3,5 mil membros. Finalmente, a meta de 20 mil servidores legislativos integrados à RNI e capacitados pelo programa foi amplamente superada. Ao final de 2014, havia 45,7 mil servidores das Casas legislativas integrantes da rede, dos quais 29,9 mil capacitados pelo Interlegis.

### Interlegis 3 (2015-...)

Para garantir a sustentabilidade do programa nessa nova fase sem o BID, uma das propostas em estudo é a criação do Fundo Setorial de Modernização do Legislativo (Funlegis).

Segundo o especialista em modernização de Estado do BID Dino Capriolo, o programa dispõe de uma capacidade instalada para atender as demandas da RNI pelos próximos cinco anos.

Em artigo para revista comemorativa do Interlegis (leia matéria abaixo), o presidente do Senado, Renan Calheiros, destaca a importância do programa.

— Tenho consciência de que o fortalecimento do Interlegis é um importante passo para a consolidação de um Parlamento que legisle cada vez mais para o futuro. Um Parlamento comprometido com a democracia participativa, onde o cidadão ganha cada vez mais voz e poder no processo legislativo — diz.



Então presidente Fernando Henrique (terno claro) e senadores veem apresentação do programa em 1997

## Parlamentares e servidores contam em revista história feita de desafios

Em comemoração ao aniversário do Interlegis, que acontece em julho, e à nova fase do programa, o Senado lança, nos próximos dias, a revista *Interlegis 18 anos: história, conquistas e desafios*. A publicação é o resultado de quatro meses de pesquisas, entrevistas, depoimentos e colaboração de mais de uma centena de pessoas que participaram ou

ainda participam do programa. São parlamentares, funcionários e ex-funcionários do Interlegis ou de Casas legislativas de todo o país, assim como colaboradores que, em suas diversas áreas do Senado, contribuíram, de alguma forma, para o sucesso da iniciativa. Na versão eletrônica, a revista poderá ser acessada na página do Interlegis.

### Saiba mais

Programa Interlegis: <http://www.interlegis.leg.br/>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)

Projeto de lei proíbe uso de cobaias em testes laboratoriais para o desenvolvimento de cosméticos. Pesquisas de opinião mostram que população é favorável à ideia

# Senado debate fim de uso de animal em pesquisa

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) faz hoje uma audiência pública para debater um projeto de lei que veda a utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos. O debate está marcado para as 9h, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

O PLC 70/2014 tramita em conjunto com o PLS 438/2013, de Valdir Raupp (PMDB-RO), e o PLS 45/2014, de Alvaro Dias (PSDB-PR). A audiência pública é uma iniciativa de Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside a CCT.

Para o debate, foram convidados o autor do PLC 70/2014, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), e representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, do Grupo Boticário e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O PLC 70/2014 veda a utilização de animais de qualquer espécie em atividades de ensino, pesquisa e testes laboratoriais que visem à produção e ao desenvolvimento de produtos cosméticos, de higiene pessoal e perfumes quando os ingredientes tenham efeitos conhecidos e

sabidamente seguros ao uso humano ou quando se tratar de produto cosmético acabado nos termos da regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

No caso de ingredientes com efeitos desconhecidos, será aplicada a vedação de uso de animais no período de até cinco anos, contado do reconhecimento de técnica alternativa capaz de comprovar a segurança para o uso humano.

## Relaxante muscular

O projeto estabelece que as técnicas alternativas internacionalmente reconhecidas serão aceitas pelas autoridades brasileiras em caráter prioritário. O texto também veda o uso de bloqueadores neuromusculares ou relaxantes musculares em substituição de substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas, além de proibir a reutilização do mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto de pesquisa.

Em programas de ensino, sempre que forem empregados procedimentos traumáticos, vários procedimentos poderão ser realizados num mesmo animal, desde que todos sejam executados durante a vigência de um único anestésico e que o animal seja sacrificado antes de recobrar a consciência.

Para a realização de traba-



Ratos de laboratório não poderão ser usados em pesquisas científicas se projeto em análise no Senado for aprovado

lhos de criação e experimentação de animais em sistemas fechados, serão consideradas as condições e as normas de segurança recomendadas pelos organismos internacionais aos quais o Brasil se vincula.

Na justificativa do PLC 70/2014, Izar afirma que, apesar do arcabouço legislativo atual e do desenvolvimento internacional de métodos alternativos que poupem sofrimento e dor aos animais no segmento da indústria dos cosméticos, pouco ou quase nada tem sido feito quando se trata da toxicologia e da confiabilidade dos métodos utilizados nas atividades de pesquisa, dado que a própria Anvisa estabeleceu uma longa lista de testes com animais

passíveis de serem utilizados nesse segmento da indústria.

O deputado também cita uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) de fevereiro de 2013 em que 66% dos entrevistados manifestaram-se a favor da proibição do uso de animais em testes de laboratório para a produção de cosméticos.

A utilização de animais nesses testes já é proibida na União Europeia, na Índia e em Israel e tal restrição vem sendo sistematicamente adotada em outros países, acrescenta o deputado.

Izar também aponta o lucro gerado pelo abandono desses métodos citando o caso da Natura, líder no mercado de

cosméticos no país e única empresa que eliminou tais práticas de sua linha de produção. A Natura esteve entre as dez companhias mais inovadoras do mundo em 2011 e 2013 e teve o valor de mercado aumentado em mais de 900% entre 2004 e 2013, ressalta o deputado.

## ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

### ▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

### ▶ Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

### ▶ Facebook: senadofederal

▶ Twitter: @agencia\_senado

▶ TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

### ▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoCiencia>

## Torcidas organizadas discutem MP do Futebol

A comissão mista que analisa a MP 671/2015 (conhecida como MP do Futebol) realiza audiência pública hoje com representantes de torcidas organizadas. Será a sétima audiência da comissão, que já se prepara para receber o relatório do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ).

A comissão receberá representantes das torcidas organizadas de três clubes: a Urubuzada, do Clube de Regatas do Flamengo; a Gaviões da Fiel, do Sport Club Corinthians Paulista; e a Dragões Atle-

ticanos, do Atlético Clube Goianiense. Deve comparecer também um representante da Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil (Anatorg).

A audiência com as torcidas é a única atividade da comissão programada para esta semana. Otavio Leite informou que pretende apresentar oficialmente o relatório na terça-feira que vem, dia 2 de junho. Uma semana depois disso, a previsão é de que a comissão vote o texto e o remeta para que seja analisado

pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

A MP do Futebol tem validade até o dia 17 de julho.

## ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 14h

### ▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

### ▶ Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

### ▶ Facebook: senadofederal

▶ Twitter: @agencia\_senado

▶ TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

### ▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoMP671>

## Capiberibe pede rápida abertura de ponte sobre o Rio Oiapoque

João Capiberibe (PSB-AP) fez um apelo ontem à presidente Dilma Rousseff para que acelere o processo de inauguração da ponte sobre o Rio Oiapoque, que une o Amapá e a Guiana Francesa.

A ponte de 378 metros foi concluída em 2011, mas no local não há travessia porque, segundo o senador, o Congresso precisa aprovar três projetos que tratam de acordo de transporte



Jefferson Rudy/Agência Senado

rodoviário internacional de passageiros e cargas, de matérias de primeiros socorros e de um regime especial para comércio de produtos de subsistência.

— É importante que aceleremos o processo e que o governo brasileiro se prepare para inaugurar, já deixe tudo organizado para quando homologarmos aqui, na Câmara e no Senado, já definirmos a data para a inauguração.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves

**Segundo-secretário:** Zeze Perrella

**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli

**Quarta-secretária:** Ângela Portela

**Suplentes de secretário:**

Sérgio Petecão, João Alberto,

Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez

**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes

**Coordenação de Edição:** Silvío Burle

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# País não mede impacto de políticas de ciência, afirma auditora do TCU

De acordo com participante de audiência pública, Ciência sem Fronteiras beneficia mais os universitários do que o desenvolvimento do Brasil

O BRASIL NÃO dispõe de instrumentos adequados para medir o impacto das políticas orçamentárias em ciência, tecnologia e inovação, afirmou Angela Brusamarello, a representante do Tribunal de Contas da União (TCU) na audiência pública organizada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Angela mostrou que os levantamentos do TCU indicam que o Programa Ciência sem Fronteiras vem sendo muito mais usado na formação educacional dos universitários do que em resultados práticos visando ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

O presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), cobrou do Ciência sem Fronteiras “mais foco em pesquisa”.

A técnica do TCU revelou que o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia só passará a produzir relatórios anuais neste ano, depois de ter sido cobrado pelo TCU no ano passado. Afirmou ainda que as renúncias fiscais adotadas para o setor há 20 anos têm sido muito mais utilizadas pelas empresas beneficiadas como fluxo de caixa do que na promoção de novas políticas de pesquisa e inovação.

Angela mostrou que o Ministério da Ciência e Tecnologia



O senador Cristovam Buarque (3º à esq.) conduz a audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação

não tem instrumentos práticos para medir o risco de erro das políticas públicas que aplica:

— Muitos contratos de gestão formalizados com organizações sociais não produziram nenhum resultado, apesar de receberem financiamento há diversos anos.

## Prioridade

O representante do ministério na audiência, Cristian Lima, informou que o ministro Aldo Rebelo definiu como prioridade a criação de um grupo de trabalho para fortalecer as estruturas de fiscalização e monitoramento. Lima disse acreditar que o aumento dos investimentos na área para 2% do PIB, como quer o ministério, contribuirá para desburocratizar o setor.

O senador José Medeiros (PPS-MT) mostrou estudos demonstrando que o país demora em média 11 anos para conceder uma patente, sendo que, na área das telecomunicações, a média passa para 14 anos.

— Se Mark Zuckerberg [cria-

dor do Facebook] ou Steve Jobs [fundador da Apple] fossem brasileiros, talvez até hoje as redes sociais não teriam sido criadas — afirmou.

O senador reclamou ainda do fato de as universidades, a seu ver, continuarem “distantes” dos problemas reais vividos pelas comunidades onde atuam. Ele também disse que falta controle do poder público sobre os resultados práticos das pesquisas realizadas.

O mesmo ponto foi abordado pelo sociólogo Michelangelo Giotto Trigueiro, da Universidade de Brasília, que defende que instituições como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) induzam investimentos mais efetivos em áreas como mobilidade urbana, educação e saúde feminina.

O senador Hélio José (PSD-DF) cobrou do ministério a “efetiva implantação” da Cidade Digital no Distrito Federal. Cristian Lima garantiu que vê

os investimentos no fortalecimento da Cidade Digital como positivos, devido ao grande potencial que o ministério percebe dentro desse setor no Distrito Federal.

Lima admitiu que o contingenciamento anunciado pelo governo na sexta-feira afetará os investimentos do ministério durante o ano.

Angela Brusamarello mostrou estudos do TCU indicando que os investimentos do ministério em pesquisa caíram entre 2004 e 2013 de 0,9% para 0,8% do Orçamento da União. O balanço foi confirmado por Lima, que admitiu que o orçamento hoje para a área, somando as destinações públicas e privadas, está por volta de 1,8% do PIB, incluídos o custeio da infraestrutura e o pagamento de pessoal.

— Sou a favor da meta de 2% do PIB no PPA (Plano Plurianual), mas existem outros problemas estruturais. Talvez o mais grave deles seja o de, na prática, empregarmos poucos cientistas dentro de nosso país — disse Giotto Trigueiro.

## Cristovam defende projeto em benefício de crianças desaparecidas

No Dia Internacional da Criança Desaparecida, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a aprovação de projeto dele que obriga emissoras de TV a exibirem, por um minuto, todos os dias, fotos de pessoas desaparecidas. Com o projeto, o senador acredita que o número de crianças desaparecidas, hoje estimado entre 40 mil e 50 mil, diminuiria muito.

Para o senador, problemas nas áreas de saúde e educação também levam ao desaparecimento de crianças, assim como a violência. Segundo ele, em 30 anos, 600 mil crianças morreram por causa da violência no Brasil:

— Seiscentos mil em 30 anos dá 20 mil por ano. Poucas guerras matam 20 mil pessoas. Dessas, 180 mil, em 30 anos, foram por homicídio, ou seja, 6 mil crianças por ano vítimas de homicídio. Balas perdidas, assassinatos: este é um país de crianças desaparecidas.

## No Dia Nacional da Adoção, Paim destaca importância da prática

Paulo Paim (PT-RS) saudou o Dia Nacional da Adoção, comemorado ontem, lembrando que milhares de crianças e jovens brasileiros esperam a oportunidade de ter uma família.

Paim ressaltou a importância do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos, que contém dados das crianças que aguardam adoção e das pessoas habilitadas a adotar.

— Pai ou mãe não é só quem gera. É quem cuida, dá carinho, amor, ajuda a criança a se desenvolver ao longo da vida. Conheço muitos casos em que o pai e a mãe geraram a criança e sumiram. Aí vem um casal, adota a criança, cuida dela. Hoje inúmeros amigos meus são fruto de adoção.

O senador saudou também o Dia do Trabalhador Rural, comemorado ontem.



## Benedito comemora regulação da lei dos genéricos veterinários

Benedito de Lira (PP-AL) celebrou a regulação, no início do mês, pelo governo, da lei dos genéricos de uso veterinário.

Ele foi autor do projeto que deu origem à lei e está confiante de que a medida vai baratear os custos de manutenção dos rebanhos e manter a saúde sanitária exigida nos mercados nacional e internacional para a produção de carne.

Benedito lembrou que as famílias que têm animais domésticos serão beneficiadas com medicamentos mais baratos:

— Breve, aqueles que são responsáveis pela criação de animais bovinos, caprinos, suínos, equinos, aves e, inclusive, animais domésticos terão acesso a medicamentos mais baratos para cuidar dos animais e da saúde sanitária.



## Gurgacz pede urgência na regularização de assentamentos em RO

Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou providências urgentes do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário para regularizar assentamentos em Machadinho d'Oeste (RO).

O senador criticou a lentidão e a ineficiência dos órgãos públicos na regularização fundiária, lembrando que em Rondônia há assentamentos de mais de 20 anos que ainda não foram regulamentados. Segundo ele, 15 mil agricultores vivem momentos de tensão diante das ocupações por sem terra. Gurgacz pediu “olhos atentos” para a situação:

— Vamos fazer um esforço para resolver a questão, para evitar futuros conflitos e estimular a atividade agrícola nos assentamentos e propriedades rurais demarcadas.



## Reguffe elogia aumento de alíquota de imposto para bancos

Reguffe (PDT-DF) elogiou o governo por ter adotado, a seu ver, medida corajosa: aumentar de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para ele, é justo cobrar mais dos bancos, que veem seus lucros aumentarem, mas cobram taxas altas dos correntistas para financiamento.

Reguffe, no entanto, crê que o governo poderia ter sido mais ousado, corrigindo a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e aumentando a CSLL de bancos para 27,5%:

— Se aumentasse de 15% para 27,5%, teríamos R\$ 10 bilhões a mais para o governo. Por que os bancos têm que contribuir com menos do que as pessoas físicas?



## Audiência debate desaparecimento de crianças

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz audiência pública interativa hoje sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil. O debate, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, pode ser acompanhado por meio do Portal e-Cidadania ou pelo Alô Senado.

Foram convidados representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Conselho Federal de Medicina, do Ministério da Justiça, do Movimento Humanos Direitos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Convenção Batista Brasileira.

A iniciativa é do senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão.

### ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, ÀS 9H

- **Envie sua pergunta ou sugestão:**
  - <http://bit.ly/audienciainterativa>
  - Alô Senado: 0800 612211
- **Portal e-Cidadania:** [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

Maior índice de violência contra jovens negros é na Paraíba, seguida por Alagoas e Pernambuco. O relator, Lindbergh Farias, informou que a CPI fará audiências no Nordeste

## Debate aponta racismo e violência da polícia

O RACISMO, A militarização da polícia e a falta de políticas sociais foram considerados os principais responsáveis pelo aumento das mortes de jovens por homicídio no Brasil, de acordo com representantes de entidades ligadas ao tema que participaram ontem de audiência pública realizada pela CPI criada para investigar esse tipo de violência no país.

Para a advogada Natália Damazio, representante da Justiça Global, a situação piorou a partir da década de 90 com a política de guerra às drogas e o aumento do militarismo na segurança pública. Ela criticou e recomendou o fim do auto de resistência, que permite a justificação de lesões e mortes decorrentes das ações policiais. Na sua avaliação, o dispositivo garante a violação aos direitos humanos sem que isso seja considerado grave, além da remoção de cadáveres sem perícia, do impedimento e ausência de socorro às vítimas, da falta de investigação ou de perícia autônoma. Tudo isso somado à culpabilização da vítima (quando ela é con-



Lindbergh Farias, na CPI, entre representantes de entidades Samira Bueno Nunes, Natália Damazio e Raquel Willadino

siderada responsável pelo crime que aconteceu a ela mesma, comum em estupros) e à contribuição do Ministério Público e do Judiciário pelo arquivamento dos processos no prazo de até dois anos, sem punição dos agentes responsáveis. A advogada citou casos emblemáticos, como o do menino Gilson, de 12 anos, morto no Morro do Dendê, no Rio, e os ocorridos em comunidades onde há unidades de polícia pacificadora (UPPs), com registro de 50 execuções:

— Seria importante considerar a participação direta do

Estado na morte de jovens no país. A redução dos homicídios não pode ser concretizada sem que se discuta o fim do racismo, a desmilitarização da polícia e o reforço das instituições de direitos humanos.

### Adolescentes negros

As vítimas preferenciais têm cor, gênero, idade e território definidos, explicou Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, formado por gestores públicos, pesquisadores e policiais. Negros, jovens, do sexo masculino e moradores

do Nordeste são a parcela da população com o maior índice de vulnerabilidade à violência associado a outros indicadores de risco como pobreza, desigualdade e frequência à escola.

A Paraíba apresenta o maior índice de violência contra jovens negros, ocorrendo 13 vezes mais assassinatos do que de jovens brancos. Em seguida, vêm Alagoas e Pernambuco. A região tem apresentado o maior crescimento de homicídios no país, na última década. A escalada de violência também foi apontada por Samira pelo número

de policiais mortos em ação: 490 em 2013.

O relator da CPI, Lindbergh Farias (PT-RJ), confirmou para amanhã reunião para tratar de audiências públicas a serem realizadas em outros estados. Há requerimentos para visitas a várias capitais do Nordeste, onde deverão ser ouvidas as famílias de vítimas.

Raquel Willadino Braga, diretora do Observatório de Favelas, informou que só em 2012 os homicídios representaram 36% das causas de morte de adolescentes no país. Os assassinatos por arma de fogo são quase cinco vezes superiores aos que ocorrem por outros meios.

— Se essas condições não forem alteradas, nós podemos estimar que mais de 42 mil adolescentes serão assassinados no Brasil entre 2013 e 2019 — afirmou Raquel, que apontou falhas nos 160 programas desenvolvidos no país para a prevenção da violência contra os jovens, como falta de foco no objetivo principal de reduzir os homicídios, com critérios de gênero e raça.

## Projeto proíbe doações de empresas

Começou a tramitar no Senado o PLS 301/2015, de Walter Pinheiro (PT-BA), que proíbe o financiamento de campanhas eleitorais por empresas e por pessoas físicas estrangeiras. Além disso, estabelece um teto para as doações de pessoas físicas, limitada a 10% da renda bruta obtida no ano anterior ou o valor do subsídio mensal de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), prevalecendo o que for menor.

— Assim, nenhum cidadão poderá doar mais do que R\$ 33,7 mil por ano, em valores atuais, o que mitigaria a influência em função da posse de fortuna pessoal — esclarece o senador.

Para Pinheiro, o ideal é a instituição de um modelo envolvendo o cidadão, que, livremente, vai dizer para quem, com quem e quando ele quer aportar algum recurso para que alguém possa defender suas ideias. “Esse doador vai se identificar, vai se apresentar no ato da sua doação. Essa é a melhor forma, inclusive, de o próprio TSE [Tribunal Superior Eleitoral] coletar a prestação de contas. Portanto, é a forma mais eficaz de combater a corrupção, o desvio, o caixa dois e outras coisas mais”, justifica.

Protocolada quinta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a



Proposta de Pinheiro restringe horário eleitoral e mandato de senadores

proposição está com prazo aberto para emendas. Walter Pinheiro informou que encaminhou a minuta para todos os gabinetes da Casa, com o objetivo de receber sugestões.

O texto prevê que, além do Fundo Partidário, a lei orçamentária anual trará em rubrica específica os recursos consignados ao TSE. O tribunal fará a distribuição aos partidos de acordo com regras estabelecidas legalmente, como 1% entre todos os partidos com registro no TSE e 19% para aqueles com representação na Câmara. Os 80% restantes serão divididos proporcionalmente ao número de eleitos de acordo com os resultados dos partidos nas últimas eleições. A lei

orçamentária também trará dotações a partidos políticos, em rubrica específica, “na proporção das doações recebidas entre 16 de agosto do ano anterior e 16 de agosto do ano da elaboração do orçamento” de pessoas físicas. O TSE distribuirá essas dotações em quatro vezes, entre junho e setembro.

Pinheiro é autor da PEC 35/2014, que propõe ampla reforma eleitoral, com o fim da reeleição e mandato de cinco anos para chefes do Executivo e parlamentares. Ou seja, encurtaria o mandato de oito anos dos senadores. Entre outras mudanças, restringiria acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de TV e rádio e fixaria regras de transição.

## Gleisi manifesta preocupação com trabalhadores rurais

Ao saudar o Dia Nacional dos Trabalhadores Rurais, Gleisi Hoffmann (PT-PR) manifestou preocupação com a situação daqueles que, segundo ela, garantem ali-

mento à mesa dos brasileiros. O problema, segundo a senadora, é que 68% dos 4 milhões de trabalhadores assalariados que atuam no campo estão na informalidade. Mesmo os que trabalham com carteira assinada recebem menos que os assalariados das cidades, lamentou a senadora.

— É importante estarmos cada vez mais vigilantes na defesa desta categoria, pois, sem amparo legal, os trabalhadores não

têm direitos trabalhistas e previdenciários, como aposentadoria, pensão por morte, férias, descanso semanal remunerado, 13º salário e seguro-desemprego. E para o trabalhador rural, mesmo formalizado, é sempre mais difícil conseguir ter acesso à previdência e aos benefícios sociais — disse a senadora.

## Adoção ilegal é arriscada e causa sofrimento, afirma Telmário Mota

Ao registrar a comemoração do Dia Nacional da Adoção, Telmário Mota (PDT-RR) alertou para os riscos da adoção ilegal, que traz insegurança jurídica e pode causar sofrimento psicológico aos envolvidos. Na opinião dele, as pessoas são levadas a “burlar o sistema” pela ansiedade de resolver o problema da adoção.

— A pessoa que pretende fazer uma adoção deve fazer de forma legal para que não haja prejuízo para nenhuma das partes — disse o senador.

Ele cumprimentou Dilma Rousseff pela edição de medida provisória que aumenta a tributação sobre o lucro dos bancos, salientando que a medida

contribuiu para o equilíbrio das contas públicas, podendo render até R\$ 4 bilhões para a receita da União. O senador convidou a oposição a buscar o equilíbrio para a boa gestão do país e afirmou que, ao contrário do que afirmam os críticos, as medidas do ajuste avançam sobre as grandes fortunas do país.